

Afinidades eletivas: tecnologias informacionais, plataformização e dominância financeira¹

César Bolaño²

Universidade Federal de Sergipe

Helena Martins do Rêgo Barreto³

Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O artigo apresenta elementos para uma crítica da ideia de uma nova “economia de dados”, apontando tratar-se de uma expressão do modo de regulação do capitalismo atual, dominado pelas finanças (Chesnais, 1996). O desenvolvimento do argumento tem como base a crítica da Economia Política da Comunicação e sua elaboração sobre a Terceira Revolução Industrial (Bolaño, 2000) e sobre o caráter dos dados como matéria bruta (Bolaño; Zanghelini, 2024). Primeiro, discute a reestruturação dos anos 1970 e o papel que a informação e o conhecimento passam a ter na dinâmica capitalista. Depois, argumenta que a mercantilização deles leva à ampliação da especulação, que será reforçada com a financeirização, outro pilar da reestruturação. Por fim, localiza a plataformização como um novo estágio desse movimento.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Política da Comunicação; Plataformização; Economia de Dados; Financeirização; Tecnologia.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar elementos para uma crítica da ideia de uma nova “economia de dados”, apontando tratar-se de uma expressão do modo de regulação do capitalismo no estágio atual, dominado pelas finanças (Chesnais, 1996). O desenvolvimento do argumento tem como base a crítica da Economia Política da Comunicação, que localiza o processo de desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação mais recentes no bojo da reestruturação capitalista e aponta como um elemento central a subsunção do trabalho intelectual, a qual depende da codificação desse trabalho e da criação de barreiras artificiais à circulação de seus resultados, o que introduz no âmago do sistema uma dinâmica especulativa própria da

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Economia Política da Comunicação, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador Responsável do projeto “A governança econômica das plataformas digitais” (Processo Fapesp 21/06992-1), email: bolano.ufs@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, pós-doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (Processo Fapesp 23/07423-6), email: helena.martins@ufc.br.

lógica da dominância financeira. Para a compreensão desse processo, é preciso retornar à reestruturação dos anos 1970 e, a partir dela, compreender a plataformização e seus desdobramentos, como a chamada economia de dados.

A reestruturação capitalista remete à crise estrutural dos anos 1970. Do ponto de vista da economia real, a reestruturação, baseada no desenvolvimento de forças produtivas cuja gênese remonta à Segunda Guerra Mundial e ao período pós-guerra (Noble, 1977), em particular com a chamada revolução microeletrônica, resultou na constituição do paradigma digital e em uma profunda transformação dos processos de produção. Esse fenômeno ocorre sob a influência de um amplo movimento em direção à subsunção do trabalho intelectual e à intelectualização geral de todos os processos de trabalho, gerando impactos cruciais sobre o consumo e a sociabilidade. Em termos marxistas, esse processo tem sido definido, a partir da Economia Política da Comunicação brasileira, como a Terceira Revolução Industrial (Bolaño, 2002).

É fato que o desenvolvimento capitalista, desde o momento de acumulação primitiva, busca incorporar os conhecimentos dos trabalhadores (Bolaño, 2002). A nova maquinaria, ao distinguir *hardware* e *software*, reproduz a separação entre mão e cabeça no próprio equipamento, facilitando a subsunção do trabalho intelectual (Bolaño, 2015). Baseada na microeletrônica, ela possibilitou formas renovadas de apropriação da natureza e das interações humanas, ao viabilizar a digitalização geral. Progressivamente, o conhecimento de uma gama cada vez mais ampla de trabalhadores será objeto de apropriação privada. Trata-se, assim, de uma ampla socialização da produção do conhecimento sob o controle do capital.

Não obstante, tomar a informação como produto e como recurso envolve uma série de contradições, derivadas das particularidades da subsunção do trabalho intelectual, o que exige a codificação do conhecimento, de modo que possa ser reproduzível e mercantilizado. A codificação não anula o conhecimento tácito necessário à inovação, de modo que seguirá sendo objeto de apropriação privada, o que demanda investimentos vultosos em pesquisa e desenvolvimento (Lopes, 2008), bem como o controle do trabalho de desenvolvedores de tecnologias informacionais.

Além disso, o que é central, para limitar a socialização do conhecimento, que, no suporte digital, não possui limites à reprodução, medidas para o controle privado dele foram desenvolvidas, como a fixação de direitos de propriedade intelectual. Assim, o

desenvolvimento mais recente das tecnologias digitais amplia as contradições ligadas “ao caráter de bem público do conhecimento e inquantificável do valor, tornando completamente arbitrária a apropriação deste último, definida agora, em bases puramente jurídicas, nos termos de um pré-capitalismo revisitado, sob a forma de direitos de propriedade intelectual” (Bolaño, 2007, p. 38).

O setor das Tecnologias da Informação e da Comunicação conformará as infraestruturas principais desse processo. Apresentado como centro da nova economia, tal setor passa a atrair capitais de risco. Esse movimento culminou na chamada crise da bolha pontocom na passagem dos anos 1990 para os 2000, que levou ao fechamento de empresas de comunicação, incluindo as novas “nativas digitais”, e ao crescimento daquelas que constituíram o atual oligopólio das empresas de tecnologia, beneficiárias de incentivos financeiros, especialmente nos Estados Unidos (Srnicek, 2018). A grande crise de 2007-8 reforçou essa dinâmica sob a perspectiva da concorrência. Como resultado desse conjunto de fatores, poucas corporações passaram a receber investimentos e a expandir seus negócios, conformando o modelo que tem sido chamado de plataformas digitais. Elas dão continuidade a movimentos que a antecedem lógica e historicamente, como a aproximação da informação e da cultura à dinâmica capitalista nos marcos da convergência audiovisual-telecomunicações-informática e a reorganização destes setores, aprofundando a concentração e a centralização de capital.

A informatização atrelada à codificação do trabalho e à busca por vantagens na concorrência será radicalizada com o desenvolvimento mais recente da capacidade de tratamento de uma cada vez maior quantidade de dados por meio de algoritmos. Esta “datificação” é definida por José van Dijck como “a transformação da ação social em dados quantificados on-line, permitindo assim o rastreamento em tempo real e a análise preditiva” (Van Dijck, 2014, p. 198). A possibilidade de coletar e tratar dados e transformá-los em informação é crítica também por viabilizar a operacionalização de novas formas de ajustamento dos modos de vida, a vigilância e o controle social, seja por parte dos capitais particulares ou do Estado.

Outro aspecto a ser considerado na conformação do cenário atual é o conhecido descolamento entre as órbitas real e financeira do capital. Desde o século XIX, a concentração do capital foi aprofundada, o que levou à passagem da fase concorrencial do capitalismo à monopolista. Configurou-se, assim, o estágio do imperialismo (Lenin,

2011 [1916]), fase em que, resumidamente, há a concentração da produção; a formação de monopólios, que se fundem aos bancos, formando o capital financeiro; a separação cada vez maior da propriedade do capital de sua aplicação à produção, favorecendo os rentistas e ampliando a desigualdade entre estes e os trabalhadores, que também são divididos entre os que estão diretamente empregados na produção e os demais; o monopólio busca alcançar dimensão mundial, exportando capital para os países mais pobres, a fim de obter, neles, lucros maiores, motivando uma partilha violenta dos territórios. Ao longo do século XX e, especialmente, nas últimas décadas dele, houve o reforço da dominância financeira, a fim de forjar o crescimento das taxas de lucro. Foi formado, assim, uma massa de “capital ocioso” (Marx, 2017) que circula pelo mundo, promovendo maior centralização do capital e gerando crises (Belluzzo, 2009).

Para que essa circulação fosse possibilitada, operou-se a desregulamentação financeira em diversos países; a desintermediação, que deu fim ao monopólio dos bancos sobre o sistema de crédito; e a abertura dos mercados financeiros nacionais. Tudo isso permitiu a mobilidade de capitais e o endividamento, tanto público quanto dos trabalhadores, instados a seguir consumindo, apesar das restrições salariais, por meio de crédito (Husson; Louçã, 2013, p. 90). Na esteira desse processo, “as plataformas não apenas acompanham o processo neoliberal de desregulamentação das normas institucionais de trabalho e emprego, mas também o aprofundam e lhe dão novas ferramentas” (Cingolani, 2022, p. 3). A configuração das plataformas também permite que haja a apropriação de valor produzido em outros setores, os quais as próprias plataformas passam a agregar, ao funcionarem com um modelo de operações “meta” (Rushkoff, 2024). Ademais, a “expansão das infraestruturas de plataforma na forma de aplicativos, plugins, rastreadores e sensores ativos e passivos” (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p. 4) tornou a coleta de dados cada vez mais difundida.

Com base nessa perspectiva, decorrem questões que devem ser consideradas ao discutir a chamada economia de dados. Por um lado, trata-se de um desenvolvimento ligado à Terceira Revolução Industrial, que amplia a capacidade dos sistemas técnicos digitais de coletar, armazenar e manipular grandes volumes de dados. Por outro lado, a construção de grandes bancos de dados, onde são armazenadas matérias-primas que podem ser usadas em vários processos de trabalho, dá origem a um mercado onde pacotes de dados são comprados e vendidos. À medida que cresce o interesse por dados

estatísticos, demográficos e comportamentais - com vistas a estratégias de publicidade, propaganda política e muito mais, inclusive o treinamento de inteligência artificial -, a ideia de uma economia de dados pode parecer cada vez mais apropriada do ponto de vista da economia ortodoxa. Entretanto, essa visão não se refere a uma economia baseada na produção de uma mercadoria específica, mas na troca de meras abstrações.

É fato que a coleta e o uso de dados, facilitados pelas tecnologias de informação e comunicação, podem servir a propósitos específicos e estar vinculados a processos de produção concretos, como o aumento da produtividade em uma fábrica. No entanto, não é isso que a suposta economia de dados leva em conta, mas sim a suposta produção de valor diretamente pela posse deles. Ocorre que os dados não podem ser definidos como uma mercadoria - ou mesmo uma matéria-prima, ao contrário do que se naturalizou na literatura (Srnicek, 2018) -, mas sim como matéria bruta. O trabalho objetivado nas plataformas digitais tem o único propósito de capturar dados, pode-se dizer, separando-os de sua conexão imediata com os indivíduos. De acordo com Marx (1968, p. 203), “todas as coisas que o trabalho meramente separa de sua conexão imediata com seu ambiente natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza”. O mesmo pode ser dito dos dados, que só serão considerados matéria-prima depois de terem sido “submetidos a uma modificação realizada pelo trabalho” (Marx, 1968, p. 203) ou, em outras palavras, depois de terem sido filtrados, organizados e estruturados pelo trabalho vivo, objetivados em infraestruturas diferentes daquelas que realizam a simples captura (Zanghelini, 2024).

Considerações finais

Há uma afinidade eletiva entre tecnologia e finanças, já que ambas colaboram para o sonho capitalista de superar as barreiras espaço-temporais e, no limite, a própria produção, para dar continuidade à acumulação. Característica fundamental da Terceira Revolução Industrial, a subsunção do trabalho intelectual leva à criação de formas artificiais e especulativas de contenção da circulação do conhecimento. Desdobramentos desse movimento, a platformização como processo e as plataformas digitais como estruturas de agregação baseadas no suporte digital facilitam a captura de valor e a financeirização. O mesmo problema da produção de valor também é visível na chamada economia de dados que elas suportam, a qual é ancorada no intercâmbio de meras abstrações. As plataformas possibilitam a ampliação das “capacidades de coleta,

estocagem e manipulação de enormes volumes de dados pelos sistemas técnicos digitais” (Bolaño; Zanghelini, 2024), mas os dados são apenas matéria-bruta, que devem ser manipuladas para sua utilização em processos de trabalho ou para a conformação de mercadorias.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. Campinas: UNESP/FACAMP, 2009.

BOLAÑO, C. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BOLAÑO, C. Trabalho intelectual, informação e capitalismo: a reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 15, n. 11, p. 53–78, dez. 2002.

BOLAÑO, C. Trabalho, comunicação e desenvolvimento. **Liinc em Revista**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/3115/2806>. Acesso em: 5 maio 2025.

BOLAÑO, C.; VIEIRA, E. The political economy of the internet: social networking sites and a reply to Fuchs. **Television & New Media**, v. 16, n. 1, p. 52–61, 2015.

BOLAÑO, C.; ZANGHELINI, F. Economia de dados ou soberania nacional? **Outras Palavras**, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/economia-de-dados-ou-soberania-nacional/>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CINGOLANI, P. Plataformas, hegemonia das normas neoliberais e reconfiguração das lutas pela reapropriação social. **Caderno CRH**, v. 35, p. 1–13, 2022.

HUSSON, M.; LOUÇÃ, F. Capitalismo tardío y neoliberalismo: una perspectiva de la actual fase de la onda larga del desarrollo capitalista. **Sin Permiso: República y socialismo también para el siglo XXI**, n. 12, p. 81–95, 2013.

LENIN, V. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando, 2011.

LOPES, R. S. **Informação, conhecimento e valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.

MARX, K. **O capital: o processo de produção do capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. **O capital: o processo global da produção capitalista**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

NOBLE, D. **Forces of production: a social history of industrial automation**. London: Transaction Publishers, 2011. (Obra original publicada em 1977).

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2–10, 2020.

RUSHKOFF, D. A tara secreta dos capitalistas digitais. **IHU Online**, 31 ago. 2024. Disponível em:
<https://www.ihu.unisinos.br/643052-a-tara-secreta-dos-capitalistas-digitais-artigo-de-douglas-rushkoff>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

VAN DIJCK, J. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197–208, 2014.

ZANGHELINI, F. **As plataformas como a Uber: uma específica relação social de parasitismo do capital**. 2024. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.